

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.100 - RS
(2019/0125885-4)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : SERPIL MOVEIS LTDA
ADVOGADO : CRISTIANE LEMES DA ROSA DE SOUZA - RS108615A
EMBARGADO : GILNEI ORIENTE MUSSI
ADVOGADO : CÁSSIO RECKZIEGEL - RS081792

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SERPIL MOVEIS LTDA, à decisão de fls. 300/301, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Com efeito, depreende-se da combatida decisão, que Vossa Excelência incorreu em equívoco ao entender que a Dra. Cheila Cristina Schmitz não possuía poderes outorgados pela parte recorrente para substabelecer os autos à Dra. Cristiane Lemes da Rosa de Souza.

Isso pois, conforme já devidamente esclarecido, o procedimento de Desconsideração da Personalidade Jurídica distribuído sob o n. 026/1.17.0004322-0, decorre da Ação de Execução de Título extrajudicial autuado sob o n. 026/1.11.0009371-4, ambos em tramite na 2ª Vara Cível da Comarca de Gravataí/RS. (fl. 303)

Desta feita, dos documentos ora anexados, observa-se que o procedimento de execução n. 026/1.11.0009371-4, foi iniciado no ano de 2011 sob o patrocínio da advogada Beatriz Martinha Hermes, inscrita na OAB/SC 17.032. Ocorre que, no ano de 2012, a ação executiva foi substabelecida SEM RESERVA DE PODERES, à advogada Cheila Cristina Schmitz, inscrita na OAB/SC 32.810, a qual prosseguiu na defesa da agravante até meados do ano de 2017. Veja-se a procuração e o substabelecimento extraídos dos autos de origem [...] (fl. 304)

[...]

Não bastasse isso, a ação de execução foi igualmente substabelecida para a Dra. Cristiane Lemes da Rosa de Souza, sendo indubitável sua capacidade processual para representação da parte recorrente.

Inclusive, é de bom alvitre anotar que é dispensável nova procuração para apresentação do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, porquanto referida medida decorre de uma ação principal, na qual o patrono já assiste os interesses da parte. (fl. 306)

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

No caso, os recorrentes, no momento da interposição dos recursos, não procederam à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes à subscritora do agravo e do recurso especial, Dra. Cristiane Lemes da Rosa de Souza.

Não tem o condão de sanar tal vício a alegação da existência de procuração em autos principais, pois cabe à parte providenciar a juntada de cópia ou novo instrumento aos autos onde pretende interpor o recurso. A responsabilidade pelo traslado do instrumento é da parte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PARADIGMA PROFERIDO PELA MESMA TURMA DO ACÓRDÃO EMBARGADO NÃO SE PRESTA À CONFIGURAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. SÚMULA 168/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "Segundo a jurisprudência da Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, não se presta à configuração do dissídio jurisprudencial, viabilizador dos embargos de divergência, aresto prolatado pela mesma Turma que julgou o acórdão embargado". (AgInt nos EAREsp 777.815/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/06/2016, DJe 29/06/2016).

2. Não prospera a pretensão recursal, na medida em que o acórdão embargado decidiu no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte, pois que a procuração juntada em outro processo conexo ou incidental, não apensado, não produz efeito em favor do recorrente neste Tribunal Superior. O entendimento uniforme é de que cabe ao recorrente diligenciar, nos autos do recurso a ser julgado nesta Corte, a regularidade da representação processual mediante a juntada do respectivo instrumento de mandato e da cadeia de substabelecimentos existente, passada ao subscritor da peça recursal. Sem isso, não se pode, de fato, conhecer do recurso.

3. In casu, incide a Súmula 168 do STJ, segundo a qual "não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

4. *Agravo interno a que se nega provimento* (AgInt nos EAREsp 416.557/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/09/2016, DJe 07/10/2016.)

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, veja-se que "A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça dispõe no sentido de que não cabe a esta Casa aferir a correta formação do agravo de instrumento interposto na origem, no intuito de verificar a responsabilidade da parte agravante, ora agravada, pela juntada da procuração do advogado da parte adversa, consoante preconiza o art. 525, I do CPC/73, tendo em vista que tal alegação deveria ter sido deduzida no momento processual oportuno" e que "Ainda que aquele agravo de instrumento tenha sido mal formado, poderia a parte ora recorrente, ao interpor o recurso especial, juntar o respectivo instrumento de mandato a fim de sanar o vício, o que não o fez" (AgRg no AREsp 760.606/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 22/09/2016.)

No mais, registre-se que foi dada a oportunidade, nesta Corte, da parte regularizar o vício de representação (fl. 288).

Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte não regularizou. Diante disso, foi feita a decisão, ora embargada, não conhecendo do recurso. Somente agora, em sede destes aclaratórios que houve a regularização que, no entanto, não pode ser aceita, em razão da preclusão consumativa (AgInt no REsp 1630054/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 4/4/2017, DJe de 11/4/2017.)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

